

CAPA



A PATACOADA

EM RESPOSTA À PATÉTICA PROVOCAÇÃO
DE BOLSONARO, A CÂMARA ENTERRA A PEC
DO VOTO IMPRESSO. NEM MESMO OS BIOMBOS
ARTHUR LIRA E AUGUSTO ARAS CONSEGUEM
MAIS PROTEGER O DIRETOR DO MANICÔMIO

por ANA FLÁVIA GUSSEN



Os tanques dos anos 1970 e os blindados da Guerra do Vietnã contribuíram para a gargalhada geral

panto que o deputado bolsonarista Otoni de Paula tenha preferido compartilhar a imagem de um desfile militar na China, em vez de recorrer à cena nativa. Mais uma vez, o País fez jus à qualificação de “república de bananas”, como estampado nas páginas do britânico *The Guardian*.

Os jornais estrangeiros não escondiam a perplexidade diante da “demonstração de força” pretendida por Bolsonaro ao colocar o comboio verde-oliva na Praça dos Três Poderes. Nas redes sociais, 93% dos comentários foram depreciativos para o governo, a maioria em tom de deboche, segundo dados da Quaest Pesquisas. Nove horas após os blindados poluírem o ar de Brasília com diesel queimado, a PEC do Voto Impresso acabou derrotada no plenário da Câmara por 218 votos contrários e 229 favoráveis – a aprovação da emenda exigia ao menos 308 votos. Não foi o “resultado acachapante” sonhado pela oposição, mas bastou para enterrar de vez os planos do ex-capitão de tumultuar as eleições de 2022 com a contagem manual de votos em papel, como fez Donald Trump nos EUA, a exigir numerosas recontagens enquanto disseminava *fake news* sobre fraudes eleitorais.

Bolsonaro, mesmo assim, não se dá por vencido. Desgastado pelas denúncias de corrupção na compra de vacinas e rejeitado por mais de 60% dos eleitores, segundo diferentes pesquisas de opinião, o ex-capitão mantém a estratégia de lançar dúvidas sobre o sistema eleitoral brasileiro. “É sinal que metade (dos deputados) não acredita 100% na lisura dos trabalhos do

TSE. Não acreditam que o resultado ali no final seja confiável”, afirmou aos fanáticos que costumam aguardá-lo no “cercadinho” do Palácio da Alvorada. O resultado da votação, cabe ressaltar, não pode ser traduzido como apoio incondicional de metade da Câmara ao ex-capitão, como alguns analistas têm dito de forma açodada e equivocada. Muitos deputados eram favoráveis à adoção do voto impresso antes de Bolsonaro convertê-lo em um cavalo de batalha, inclusive dentro do próprio campo progressista. E não se descarta a possibilidade de o tema voltar a ser debatido pelo Congresso no futuro, quando o mecanismo não estiver sendo usado para sustentar um discurso golpista, destinado a colocar em xeque as eleições.

De toda forma, a desculpa para a derrota em 2022 está pronta. Resta saber se Bolsonaro realmente levará a cabo os planos de insuflar os seus radicais apoiadores a pegar em armas para mantê-lo no poder. No mesmo dia em que a Câmara enterrou o voto impresso, o Senado substituiu a Lei de Segurança Nacional, entulho da ditadura, por uma lei em defesa do Estado Democrático de Direito, a prever até seis anos de reclusão para quem “impedir ou perturbar eleição ou a aferição de seu resultado” e até 12 anos de prisão a quem “tentar depor, por violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”.

Bolsonaro não teria, porém, chegado tão longe sem o apoio de dois “fiadores” da distopia brasileira. Um deles é o presidente da Câmara, Arthur Lira, cujas gavetas estão abarrotadas com 126 pedidos de *impeachment* pendentes de análise, subscritos por mais de 1,5 mil ci-

Foram dez longos e constrangedores minutos, suficientes para Jair Bolsonaro apresentar ao mundo uma patética e esfumaçada imagem de seu poderio militar, que só existe na cabeça dele, de sua horrida fanática e de meia dúzia de oficiais da alta cúpula das Forças Armadas, talvez vitimados pelas sequelas dos quepes apertados. Em vez de intimidar o Congresso, o desfile com tanques dos anos 1970 e blindados da Guerra do Vietnã, idealizado pelo ex-capitão e pelo comandante da Marinha, Garnier Santos, virou motivo de chacota, dentro e fora das fronteiras nacionais. Não causa es-

GABRIELA BILÓJESTADÃO CONTEÚDO

“REPÚBLICA DE BANANAS”, RESUMIU O BRITÂNICO THE GUARDIAN AO COMENTAR O CÔMICO DESFILE DO EX-CAPITÃO



Na companhia de Barros, Nogueira e Lira, o presidente reconhece: a "alma do governo" pertence ao Centrão engravatado

dadãos e 550 organizações da sociedade civil. Eleito para o cargo com o apoio do Planalto, que liberou bilhões de reais em emendas para os deputados às vésperas do pleito parlamentar, Lira patrocina a agenda econômica de Paulo Guedes e ao mesmo tempo toca o berrante para a "boiada" antiambiental e permite o avanço das obscurantistas propostas da chamada "ala ideológica" do governo. O outro escudeiro é Augusto Aras, que faz jus ao apelido de "poste-geral da República" conferido por Conrado Hübner Mendes, professor de Direito Constitucional da USP, processado pelo procurador-geral por dizer o óbvio. Se hoje Bolsonaro é alvo de dois inquéritos no Tribunal Superior Eleitoral por conta das falsas acusações de fraude nas urnas eletrônicas e um no Supremo Tribunal Federal por propagar *fake news*, nada tem a ver com Aras. Ao contrário, os processos foram instalados à sua revelia. As Cortes de-

terminaram a abertura das investigações de ofício, pois sabiam que não adiantava esperar a boa vontade do PGR nomeado e reconduzido pelo ex-capitão.

Bolsonaro entregou a "alma do governo" ao Centrão engravatado, como o próprio presidente resumiu ao entregar a Casa Civil – antes chefiada pelo general Luiz Eduardo Ramos, do Centrão fardado – ao senador Ciro Nogueira, presidente do PP. É o mesmo partido de Lira, que, segundo o jornal *O Globo*, dispõe de 11 bilhões de reais para distribuir em emendas parlamentares, de forma a construir uma base "segura" de até 300 deputados. Aparentemente, 70 não são tão confiáveis quanto o Planalto imaginava, como se viu na votação da emenda do voto impresso. Mas um grande número de parlamentares confirmou a *CartaCapital* que o presidente da Câmara realmente controla um orçamento paralelo e atua, na prática, como uma espécie de primeiro-ministro no vácuo de poder deixado pelo ex-capitão. Desde a ascensão de Eduardo Cunha, que articulou as legendas fisiológicas para atuar em bloco no alicerce ao governo

Dilma, não se via tanto poder concentrado no comando da Casa Legislativa.

Lira, por sinal, mostrou-se um aliado tão confiável quanto Cunha. Ao anunciar o envio da PEC do Voto Impresso para o plenário, mesmo após a proposta ser rejeitada em uma comissão especial, a oposição temia que o deputado estivesse empenhado em satisfazer os desejos de Bolsonaro. Em uma reunião de líderes realizada na tarde da segunda-feira 9, em sua residência oficial, o parlamentar esclareceu que seu objetivo era enterrar de vez o espinhoso debate. "Com essa derrota, ele não vai ter como vir pra cima", teria confidenciado Lira a um aliado após o encontro naquele dia. O mapa de votações confirma a traição do Centrão: o PP e o PL deram 36 votos contrários à PEC e apenas 26 favoráveis. Outros 18 se ausentaram, o que, na prática, contribuiu para a derrota da proposta, mas sem expor o governo a uma "humilhação".

Nunca fez parte dos planos do Centrão se indispor com os ministros do Supremo, alvos recorrentes da pregação golpista de Bolsonaro. Na sexta-feira 6, duran-



te passagem por Santa Catarina, o ex-capitão perdeu as estribeiras, chamou Luís Roberto Barroso, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral, de “filho da puta” e ainda fez questão de registrar a provocação em vídeo compartilhado nas redes sociais, apagado em seguida. “Ao enviar a PEC para o plenário, Lira transferiu a responsabilidade sobre o voto impresso para o coletivo de deputados”, afirma Mário Heringer, vice-líder do PDT na Câmara. Apenas seis dos 25 deputados pedetistas votaram a favor da emenda. A avaliação é compartilhada por Paulinho da Força, presidente do Solidariedade, que orientou a sua bancada a votar contra a PEC – apelo pouco efetivo, pois sete votaram a favor da proposta. PSD, DEM, MDB e PSDB também orientaram os integrantes a rejeitar o voto impresso, mas tiveram recordes de traições. Apenas PT, PSOL, PCdoB e Rede rejeitaram integralmente a emenda bolsonarista.

A pesar do pouco empenho de Lira, Bolsonaro tende a perdôá-lo, pois sua sobrevivência política depende da disposição do presidente da Câmara em manter na gaveta os 126 pedidos de *impeachment*, como tem feito diligente-

O PROJETO APROVADO PELO SENADO PREVÊ ATÉ 12 ANOS DE PRISÃO A “QUEM TENTAR DEPOR GOVERNO LEGITIMAMENTE ELEITO”

mente até o momento. “Com as mudanças no regimento da Casa, Lira tem muito poder sobre a pauta e o processo de votação. Temos cada vez menos discussões no plenário. Ele tem viabilizado mudanças estruturais no País que não estão sendo sequer debatidas”, comenta a deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT. Ela se refere à chamada “Lei da Mordança”, uma das primeiras medidas de Lira, que acabou com instrumentos de obstrução previstos no regimento, reduziu o tempo de discussão das matérias e aumentou o poder da presidência e da maioria parlamentar.

Muitos deputados se queixam que Lira manobra para atropelar os debates, principalmente em relação às pautas econômicas. As privatizações entram na agenda de forma repentina, pulando etapas. Em uma situação de pandemia, na qual ape-

nas 20% dos parlamentares estão presentes no Congresso, fica mais fácil passar o trator. A afinidade de Lira com o ministro Paulo Guedes ficou explícita em três momentos cruciais. Depois de 41 anos de tentativas frustradas, o Parlamento finalmente aprovou a autonomia do Banco Central, para regozijo dos banqueiros e agentes do mercado financeiro. Da mesma forma, ele é o principal responsável pelo avanço das privatizações da Eletrobras e dos Correios, aprovadas a toque de caixa na Câmara. Agora, a prioridade é votar a PEC dos Precatórios, que, denuncia a oposição, vai levar a um calote de 31 bilhões de reais, desviados para o pagamento do Bolsa Família de Bolsonaro, o Auxílio Brasil, nome escolhido por fazer referência ao auxílio emergencial que rendeu alguns pontinhos de aprovação ao governo em 2020 (*leia mais à pág. 7*). Em busca de um trunfo eleitoral, o ex-capitão promete aumentar em até 50% o valor dos benefícios pagos pelo programa, outrora chamado de “Bolsa Farelo” por ele próprio.

“Lira tem ampliado sua relação com o sistema financeiro, tirando a imagem de ruralista e usineiro alagoano e ficando mais palatável para o rentismo”, observa o deputado Paulão, do PT de Alagoas. “Quanto às pautas de costumes ou as que passam a ‘boiada’ no meio ambiente, para ele faz parte do acordo. Ao cabo, elas não fazem muita diferença nos votos do eleitorado dele e ainda agrada à extrema direita”.

Além do Centrão engravatado, Bolsonaro conta com a complacência do procurador-geral da República, que acaba de ser reconduzido ao posto. Novamente, a eleição feita pela Associação Nacional de Procuradores da República foi solenemente ignorada pelo ex-capitão. “É um enorme retrocesso a desconsideração total da lista tripla formada pelo voto dos membros do MPF, que vinha se constituindo como costume consti-

“Impedir ou perturbar a eleição” pode render seis anos de cadeia



FÁBIO VIEIRA/FOTORUA/NURPHOTO/AFP E REDES SOCIAIS

CAPA

tucional. A independência do PGR e do MPF se impõe, pois a Constituição é clara ao lhes atribuir a defesa do regime democrático”, protestou, em vão, Leandro Mitidieri, procurador do Rio de Janeiro.

Aras, que deve ter sua recondução aprovada sem dificuldades pelo Senado, não consegue disfarçar o sonho de ocupar uma cadeira no STF. Na última oportunidade, acabou preterido pelo “terrivelmente evangélico” André Mendonça, advogado-geral da União. Nem por isso perdeu as esperanças e continua a demonstrar uma fidelidade canina a quem tem o poder de realizar o seu desejo. Sob seu comando, a Procuradoria-Geral coleciona uma lista de decisões favoráveis ao ex-capitão e sua família.

Em maio deste ano, entre outras, Aras rejeitou uma investigação contra o presidente por conta dos cheques depositados por Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro, 89 mil reais no total. Queiroz foi motorista da família e assessor de Flávio Bolsonaro, à época em que o filho “Zero Um” era deputado estadual no Rio de Janeiro. De acordo com uma denúncia do Ministério Público fluminense, ele seria o responsável por coletar o dinheiro das “rachadinhas”, eufe-



O “Poste Geral da República” ainda sonha com uma vaga no STF

nisso para a apropriação indevida de parte dos salários dos funcionários do gabinete de Flávio, pagos com recursos públicos.

No auge da pandemia, Aras manifestou-se favoravelmente à abertura de templos evangélicos, outra demanda dos

bolsonaristas. O procurador-geral também foi contrário à divulgação do famoso vídeo da reunião ministerial realizada em abril do ano passado, quando Bolsonaro confessou a intenção de intervir na Polícia Federal para proteger sua família e o ex-ministro Ricardo Salles sugeriu aproveitar a pandemia para passar a “boiada” da legislação ambiental no Congresso. Vale lembrar que Aras terá

NASCIDO EM BERÇO ESPLÊNDIDO

A família de Arthur Lira controla vários feudos na administração pública

Pecuarista, empresário e advogado de formação, Arthur Lira tem visto seu capital político crescer em Alagoas desde que assumiu a Presidência da Câmara. Filho do ex-senador e prefeito de Barra de São Miguel, Benedito Lira, o

herdeiro levou o clã a ampliar a base do PP nas eleições de 2020 para 30 cidades alagoanas, ante as 37 cidades do MDB de Renan Calheiros, principal cacique regional.

Há tempos, os Lira exercem influência direta na Companhia de Desenvol-

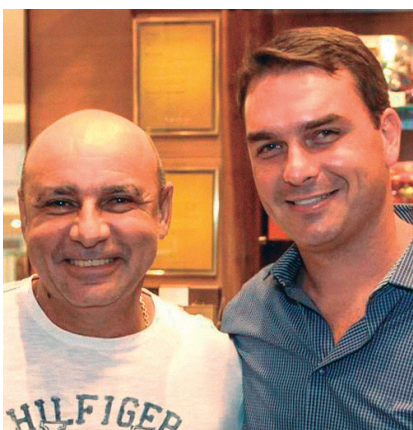
vimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a Codevasf. Em abril, Joãozinho Pereira, ex-prefeito de Teotônio Vilela e primo de Lira, assumiu a superintendência regional da companhia, antes ocupada por um aliado da família. Outro integrante

do núcleo, Napoleão Casado, foi indicado para uma diretoria na Codevasf. O presidente da Câmara chegou a viajar para Arapiraca só para acompanhar o primo na entrega de caminhões-pipa e máquinas, evento com pompa e discurso. A empresa pública sempre esteve na mira de lendas fisiológicas, por possuir um bilionário orçamento para investimentos em programas de cisternas, de infraestrutura e desenvolvimento



nas mãos o relatório final da CPI da Covid. Além de acusar Bolsonaro de charlatanismo, por propagandar drogas sabidamente ineficazes contra o Coronavírus, a peça deve propor o indiciamento do presidente por prevaricação no caso Covaxin – o deputado Luís Miranda teria alertado o presidente sobre as irregularidades identificadas no contrato por seu irmão, um funcionário de carreira do Ministério da Saúde, que não comunicou à Polícia Federal o teor das suspeitas.

Diante da omissão do procurador-geral, os ministros do Supremo viram-se forçados a abrir inquéritos de ofício para investigar os crimes eleitorais cometidos por Bolsonaro ao denunciar supostas fraudes nas urnas eletrônicas, sem apresentar qualquer prova ou indício palpável de irregularidade – em vez disso, o ex-capitão reciclou, em uma *live*, velhas cascatas desmentidas pelo TSE. Da mesma forma, Alexandre de Moraes indiciou o presidente no inquérito das *fake news* sem consultar a PGR. Outrora empenhado em colocar panos quentes na arenga, o presidente do STF, Luiz Fux, decidiu cancelar a reunião que propôs entre os chefes dos Três Poderes. Em vez disso, encontrou-se com Aras na sex-



QUEIROZ E FLÁVIO BOLSONARO CONTAM COM ARAS, ORA EMPENHADO EM MANTER AS APARÊNCIAS

ta-feira 6, oportunidade na qual cobrou do procurador-geral o cumprimento de seu papel na investigação de denúncias contra o governo e posicionamento mais claro em relação às ameaças golpistas.

O constrangimento acabou amplificado após um grupo de 29 subprocuradores divulgar um manifesto contra Aras. “Na defesa do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, de seus inte-

grantes e de suas decisões deve agir enfaticamente o procurador-geral da República – que, como procurador-geral eleitoral, tem o papel fundamental como autor de ações de proteção da democracia –, não lhe sendo dado assistir passivamente aos estarecedores ataques àquelas Cortes e seus membros, por maioria de razão quando podem configurar crimes comuns e de responsabilidade”, diz um trecho na nota. A postura de Aras teria, inclusive, levado integrantes do STF, do MPF e do Congresso a estudarem mecanismos para reduzir os superpoderes do procurador-geral, não passíveis de recursos.

A pressão parece ter surtido algum efeito. Em recente parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, Aras manifestou-se contra o pedido da defesa de Flávio Bolsonaro de arquivamento do caso das “rachadinhas”. No documento, o procurador-geral disse não ver ilegalidades nos relatórios do Coaf compartilhados com o MP do Rio de Janeiro, base das investigações, tampouco o constrangimento ilegal alegado por Frederick Wassef, advogado do senador. Trata-se de uma péssima sinalização para Bolsonaro. A derrota do voto impresso na Câmara e o revés no processo do filho demonstram que seus biombos não são tão sólidos como ele supunha. A cidadela continua em risco. •

regional, incluindo a entrega de maquinários.

A família Lira controla ainda um feudo no Ministério da Saúde: a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, ocupada pelo alagoano Marco Firemann na gestão de Ricardo Barros. Firemann chegou a ser cotado para assumir a pasta, mas acabou denunciado pela Lava Jato, sob a acusação de ser o operador da propina da Odebrecht

supostamente paga ao ex-governador Teotônio Vilela. Da mesma forma, os Lira tiveram influência na indicação de Adeilson Loureiro Cavalcante, ex-secretário-executivo da Saúde, também na gestão de Barros, e hoje alvo da CPI da Pandemia.

A família enfrenta uma série de denúncias que podem, inclusive, impedir Arthur Lira de assumir a Presidência da República em caso de vacância. De acordo com o site

Congresso em Foco, o deputado responde a oito investigações e é réu em um desses processos no STF, acusado de receber 106 mil reais de propina do então presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, Francisco Colombo. Outros quatro inquéritos tramitam na Suprema Corte e versam sobre corrupção ativa e passiva. Em março, o STF suspendeu três ações referentes à Operação Lava Jato contra Lira.



Joãozinho Pereira, primo de Lira, chefia unidade da Codevasf

